

DUARTE, António Paulo. – “As Batalhas da República: entre a Rotunda e o Tejo”. Contributo para o Estudo das Estratégias Revolucionárias e Militares das Sublevações na I República. *Sapiens: História, Património e Arqueologia*. [Em linha]. N.º 5 (Setembro 2011), pp. 67-91. URL: [http://www.revistasapiens.org/Biblioteca/numero5/as\\_batalhas\\_da\\_republica\\_entre\\_a\\_rotunda\\_e\\_o\\_tejo.pdf](http://www.revistasapiens.org/Biblioteca/numero5/as_batalhas_da_republica_entre_a_rotunda_e_o_tejo.pdf)

## **“AS BATALHAS DA REPÚBLICA: ENTRE A ROTUNDA E O TEJO”.** **CONTRIBUTO PARA O ESTUDO DAS ESTRATÉGIAS REVOLUCIONÁRIAS** **E MILITARES DAS SUBLEVAÇÕES NA I REPÚBLICA**

António Paulo Duarte<sup>1</sup>

**Resumo:** Segundo Fernando Rosas, a I República foi uma “guerra civil intermitente”. Lisboa, sede do poder, foi tabuleiro de diversos confrontos bélicos que poderemos denominar de forma efectiva como batalha. O estudo que aqui se apresenta procura analisar estas batalhas, num sentido clausewitziano, como choques bélicos entre grupos armados visando coagir o seu oponente a submeter-se à sua vontade, de acordo com uma lógica política. As batalhas da República visaram sempre alcançar um determinado fim político, que resultava do fraccionamento político e social que dividia a sociedade portuguesa no início do século XX. Este é o propósito deste estudo: demonstrar que a I República foi pontilhada de batalhas, que dividiram a sociedade entre grupos bélicos, que tiveram por fito a mudança política.

**Abstract:** Fernando Rosas says that the First Republic was an "intermittent civil war." Lisbon, the seat of power, was the battlefield of several armed conflicts that may be accurately described as a battle. The study we present here attempts to examine these battles, in a clausewitzian sense, as war clashes between armed groups seeking to coerce the opponent to submit to his will, according to a political logic. The battles of the Republic always aimed to achieve a specific political purpose, which resulted from political and social fragmentation that divided the Portuguese society in the early twentieth century. This is the purpose of this study: to demonstrate that the Republic was punctuated by battles which aimed to change policy according with political objectives of different party groups.

---

<sup>1</sup> Doutor em História Contemporânea pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Mestre em Estratégia pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa e Licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

## INTRODUÇÃO

A República despontou de uma sublevação armada. E o curto período de existência da I República foi pespontado por actos de violência armada que perturbaram e fizeram guinar a evolução do regime. A violência foi um dos traços mais nítidos da realidade política da I República. Num certo sentido, mais do que um regime, a I República terá sido o estertor do Liberalismo oitocentista em Portugal (Rosas, 2006 e 2007), estertor sulcado de violência política, um longo interregno entre dois regimes conservadores.

O propósito deste texto é o de analisar e dissecar o plano estratégico-político dos mais relevantes pronunciamentos e das mais importantes sublevações da I República em Lisboa, aqueles e aquelas que de alguma forma tiveram impacto e modificaram a trajectória do regime e do país (na realidade, qualquer sublevação tem o condão de perturbar a normalidade e, em consequência, de produzir uma guinada no devir regular dos processos históricos, conquanto o impacto de cada acontecimento tenha peso diverso na mudança da História e as ocorrências que se apresentam, de alguma forma, caracterizam-se por terem transformado profundamente a evolução da I República). Começar-se-á com a sublevação de 4/5 de Outubro de 1910, que levou à implantação da República. Em seguida, dedicar-nos-emos à rebelião de 14 de Maio de 1915, que reimplantou o regime “democrático” no poder e conduziu Portugal à intervenção na Grande Guerra. Passaremos subseqüentemente aos dias 5-8 de Dezembro de 1917, que viram o triunfo do Major Sidónio Pais e a edificação do candente poder do Presidente – Rei nas palavras de Fernando Pessoa. Terminar-se-á a nossa digressão pelo 18 de Abril de 1925, a derrotada intentona conservadora, antevisão do triunfo pretoriano de 28 de Maio de 1926.

O excursus não pretende dissecar todas as acções de carácter bélico interno que ocorreram durante a I República. A sua pretensão é, com base nos acontecimentos referidos, dissecar as mecânicas estratégicas utilizadas pelas forças em digladição com vista à tomada de poder e as condições físicas e imateriais que asseguravam o seu sucesso. Antes de mais nada, o propósito deste texto é o de lançar hipóteses, de modo a alargar o conhecimento sobre as mecânicas estratégicas que suportam a acção política violenta durante a I República. Em suma, busca compreender qual a visão de manobra estratégica que move os actos dos actores coevos e de que modo este serve os seus fitos políticos.

A escolha destes acontecimentos prende-se com o seu forte impacto posterior na transformação da caminhada de Portugal para o porvir. Bem ou mal sucedidos, todos eles

inflectiram a história do país para outras trajectórias, produzindo uma descontinuidade e uma ruptura entre o passado e o futuro.

A nossa narrativa começa com uma caracterização do Teatro de Operações aonde se desenrola as batalhas da república, encaminhando depois para um enquadramento da situação política do regime, antes de submergir na leitura dos afrontamentos bélicos, dos “conflitos civis” de que fala João Freire (2010: 14), ao analisar o período em causa. Por fim, apresentar-se-á, em guisa de conclusão, uma análise estratégica da mecânica da luta civil ou civil-militar/militar-civil aquando da I República.

### **1) - O Teatro de Operações: A Geografia e a Geopolítica/Geoestratégia de Lisboa nos Inícios do Século XX.**

Fernando Rosas, na sua obra *Lisboa Revolucionária*, constrói uma súpula descritiva do espaço geopolítico e geoestratégico da cidade no final da Monarquia e na I República. O autor distingue três grandes espaços: o eixo central, que vai do Terreiro do Paço à Rotunda, aonde se concentra a elite social, económica e política dos regimes coevos, a zona dos ministérios e das sedes das grandes empresas, mas também das habitações senhoriais e apalaçadas, os bairros da alta e da média-alta burguesia, que se deslocavam um pouco para a zona do Bairro Alto e se espraivam igualmente para algumas áreas das Avenidas Novas; em redor deste eixo urbano central, emergiam, assediando-o, duas grandes áreas operárias, uma que tinha o seu epicentro em Alcântara e descia, quer para a zona da Junqueira, quer para o Cais do Sodré, outra que se condensava na área do Beato e da Picheleira, abarcando ainda a zona de Alfama e da Mouraria. Faça-se desde já notar que a posição da Rotunda e do Parque Eduardo VII como que comanda, combinada com o Tejo, o eixo, o vértice focal da cidade: a perpendicular que tinha o seu vértice na Rotunda, um verdadeiro eixo estratégico. Para lá da Rotunda, a cidade não existia. Lisboa, por essa época, terminava, de facto, na Rotunda (Rosas, 2007: 16-23).

Uma quarta zona, não habitada, mas central ao controlo político-estratégico de Lisboa, deve ser acrescentada a estas três: o Rio Tejo, a vasta foz do Rio Tejo, zona de manobras da Armada portuguesa, tão crucial, nestes anos, às batalhas travadas para o domínio da capital (Telo, 1999: 214-216).

Lisboa, nestes anos, nos primeiros trinta anos do século XX, ainda é uma cidade virada para o Rio. Os seus três espaços sócio-económicos ainda se concentram na orla da foz do Rio Tejo. Na realidade, a cidade configura-se como uma longa corrente que segue as faldas da foz do Rio Tejo: a cidade evolui, no essencial, na direcção Leste-Oeste (ou vice-versa).

Há, não obstante, outra forma de olhar para a geografia de Lisboa, não aquela que remete para a arquitectura social da urbe, mas a que delinea os contornos físicos do espaço em que se implanta a cidade. Esta cidade é fisicamente um espaço que se estende ao longo do Rio Tejo em duas grandes linhas, a primeira correspondendo à zona baixa, ao plano, à ribeira, à faixa de terras que lambe a margem norte do Tejo, entre o Beato e Alcântara; a segunda, à longa linha de colinas (o mito da Lisboa das sete colinas), que quase imediatamente a seguir à orla do Tejo se alçandoram ao longo da faixa ribeirinha e que vão de Alfama a Alcântara, com uma profunda cisão na zona da Baixa (daí a origem da denominação). A Baixa, de facto, é um plano dominado por alturas (Alfama, Mouraria, Castelo de São Jorge, Bairro Alto, outra denominação sintomática, por fim a Rotunda), com a excepção da zona virada para Sul, para o Rio Tejo.

Se a arquitectura social ensanduicha o centro de Lisboa, o centro político e económico de Lisboa, entre os bairros populares a Leste e a Oeste, a geografia física aperta o rectângulo urbano entre as alturas da Rotunda e de Campolide e o Rio Tejo. Toda a estratégia bélica das sublevações na Lisboa Republicana jogam com este duplo ensanduichamento e toda a acção vitoriosa visa o estrangulamento do adversário num único desses espaços de modo a reduzi-lo à impotência e forçá-lo à capitulação.

Outra característica da cidade é a sua pedestreabilidade. A cidade ainda podia ser calcorreada de forma pedestre. Quem lê os grandes autores da época, como Fernando Pessoa ou Raul Brandão, apercebe-se de que eles eram grandes caminhantes, que deambulavam por Lisboa palmilhando-a, raramente usando outros meios de transporte que não a sua capacidade de marcha. Ora, assim acontecia com as manobras das forças militares e revolucionárias em presença: manobram, no essencial, marchando dos seus quartéis para as zonas de combate. Os automóveis, quando eram usados, no essencial, serviam para acelerar as comunicações e as informações, e pouco mais.

Lisboa dispunha, à época, de numerosos aquartelamentos castrenses, com unidades militares, em “estado de combate”. A Armada dispunha de importantes instalações bélicas em Alcântara (o Quartel dos Marinheiros) e no Terreiro do Paço (O Arsenal da Marinha). O Exército, de igual modo, quadriculava a cidade com numerosos quartéis: No Castelo de São Jorge (Caçadores 5), na Graça (Convento) (Infantaria 5) encimando o Parque Eduardo VII (Infantaria 16 em Campolide e Artilharia 1 em Campo de Ourique), no Arsenal do Exército (actual Estado Maior do Exército, Museu Militar e Arquivo Histórico Militar), em Belém (Caçadores 2) e no Carmo (Estado Maior de Lisboa). O dispositivo de aquartelamento de Lisboa quadriculava, interceptando, todas as linhas, todas as vias de comunicação, da Capital.

E isto explica porque, até 1926, até à maciça mobilização das forças militares do país, da província, contra Lisboa, todas as sublevações militares dependeram, de uma forma ou outra, da mobilização de uma ou mais guarnições da Capital.

## 2) - Política e Estratégia Revolucionária na I República: O “Regime Acochado”

A República implantou-se em Portugal por via de um processo revolucionário. A Monarquia foi derrubada violentamente. Na realidade, o seu ocaso, o seu estertor, deu-se no momento fatídico de 1 de Fevereiro de 1908 com o Regicídio. Depois do assassinato do Rei e do Príncipe Real, pouco mais era preciso fazer que implantar a República: o curto reinado de D. Manuel II mais não será que uma curta espera pela revolução que faria derruir sete séculos de monarquia em Portugal (Proença, 2006) Apesar de ter nascido de um movimento revolucionário, a República, como a Monarquia Constitucional, pese as “ditaduras” de Hintze Ribeiro e João Franco, foram sociedades extremamente plurais, polvilhadas de correntes e facções políticas, que reflectiam configurações distintas de arquitectura dos sistemas sociais e políticos.

A pulverização política do final da Monarquia e da República espelhavam uma sociedade em convulsão e em profunda metamorfose. Face ao esgotamento daquilo a que Fernando Rosas denominou de rotativismo oligárquico (Rosas, 2004; Rosas, 2007), irrompiam dissidências no campo monárquico e diversificavam-se as correntes no campo republicano. Quer o campo republicano, quer o monárquico, estavam muito longe de serem espaços ideológicos monolíticos, e as diferenças, dentro de cada agrupamento, acentuar-se-iam com a implantação da República, reforçando o radicalismo político, avolumando a combatividade social.

De modo simplista, pode-se organizar as diversas correntes políticas da época da seguinte forma: pode-se, antes de mais nada, distinguir o campo republicano do campo anti-republicano.

Não se pode, além disso, deixar de observar que o campo republicano sofrerá notáveis metamorfoses ao longo dos quinze anos de vigência do regime, motivadas, em boa medida, pelas convulsões internas e externas que abalaram a I República. Até 1917, este campo dividiu-se em redor de três partidos, dois de carácter mais conservador e um de cariz mais radical, “jacobino” e anti-clerical: aos “democráticos” de Afonso Costa (a denominação dada ao PRP pelos seus inimigos é de sobrelevar, tanto mais quanto jamais houve um partido democrático, tão só o velho PRP, mas ficou assim denominado na memória), opunham-se os conservadores e moderados evolucionistas de António José de Almeida e os unionistas de Brito Camacho.

Não ficava por aqui o campo republicano. Aos partidos “republicanos” (oriundos do velho PRP) devem-se ajuntar os anarquistas e a CGT e os socialistas, para além de uma hoste de independentes, o caso do grupo de Machado dos Santos e de Carlos da Maia, mobilizados em redor do jornal *Intransigente*.

Os “grandes partidos republicanos” da primeira fase da I República desintegram-se com a Grande Guerra e a experiência sidonista. A Nova República Velha vê os “democráticos” virar ao centro no sistema partidário português do pós-guerra, aproximando-se dos conservadores, ao mesmo tempo que à sua esquerda se multiplicam as dissidências, em redor do grupo de José Domingues dos Santos. Por sua vez, várias são as tentativas, sempre goradas, de formar um grande partido conservador republicano, fruto da genésica experiência sidonista, que se opusesse e rodasse no poder com os “democráticos”.

O campo anti-republicano é ele próprio, igualmente, plural. Duas grandes forças o compõem: monárquicos e católicos. Não obstante, também aqui estas forças se decompõem em vários subgrupos, muitas das vezes, bastante hostis uns em relação aos outros. No campo monárquico é evidente a divisão entre “constitucionalistas”, favoráveis a D. Manuel II, e “ultramontanos”, defensores da casa de D. Miguel. Além disso, ao longo dos anos dez e vinte do século XX, emergem novas forças, que não fazendo parte de uma ou outra daquelas correntes, aumentam a pluralidade e a confusão ao campo da monarquia e dos católicos igualmente. É o caso dos integralistas. É o caso dos primeiros profascistas.

Os católicos, por via da obediência ao Vaticano, surgem-nos como mais unidos. Todavia, se, em geral, as diferenças doutrinárias são nulas, dividem-nos as estratégias contra a política anti-clerical republicana. Também aqui seria necessário esperar pelos anos vinte para que, pela pena de um, então, ainda relativamente desconhecido professor de Coimbra, Oliveira Salazar, se parturasse uma política católica comum a todos os católicos portugueses, abençoada, como estava, pelo aval papal.

O extremo facciosismo, produto da ampla pluralidade política da I República, explica, em parte, as dificuldades de afirmação de uma corrente hegemónica que impusesse a toda a sociedade uma fórmula de regime que a todos submetesse e subordinasse. A conjuntura tornava-se ainda mais complicada, porque um vasto quinhão da sociedade não se reconhecia no regime instaurado. A I República configurava-se assim como um “regime acossado”. Este acossamento tinha a virtualidade de unir todos os republicanos em épocas de tenebrosa e procelosa ameaça à pervivência da República.

Mas também favorecia o seu fraccionamento, por via de perspectivas diferentes e modos distintos de integrar as correntes hostis à I República no seu seio: para os “democráticos” e para o seu líder, Afonso Costa, a progressiva republicanização das mentes e da sociedade passava pelo aprofundamento do ideal anti-clerical e jacobino (igualitário) da República; para António José de Almeida, pelo contrário, a integração de monárquicos e católicos no seio da República impunha uma política que satisfizesse alguns dos seus anseios sociais e religiosos (Valente, 1997: 16-28). Acresce a isso o factor social, o peso do proletariado lisboeta e das correntes anarquistas, fossem elas fruto dos activos núcleos libertários ou despontassem das alas radicais dos democráticos. O radicalismo libertário não só avolumava a conflitualidade social, como fraccionava a unidade republicana, tornando mais difícil a hegemonia dos “democráticos” no regime saído do 5 de Outubro.

Não se deve, por fim, deixar de considerar relevante para a política da I República os desideratos pessoais dos chefes de cada uma das facções republicanas. Para além de visões ideologicamente distintas, o combate político perpassava pelas estratégias pessoais de afirmação de cada um dos chefes dos partidos republicanos, a saber, Afonso Costa pelos “democráticos”, António José de Almeida pelos evolucionistas e Brito Camacho pelos unionistas, na primeira fase do regime, assim como por Cunha Leal, pressuposto líder das correntes conservadores, e António Maria da Silva pelos “democráticos”, entre outros, na sua segunda fase.

### 3) - As Batalhas da República: Política e Revolução na I República

A instabilidade social e política da I República, as dissensões entre republicanos, conservadores, monárquicos e católicos, por um lado, e intra-republicanas, por outro, num contexto onde o sistema censitário de sufrágio, favorecendo o caciquismo, assegurava aos governos em funções o sucesso eleitoral, necessário à sua hegemonia no parlamento (Matos, 2010: 82-85), estimulava a resolução dos diferendos políticos por via violenta e revolucionária. Nenhum governo, nenhum partido hegemónico no parlamento da República saiu por via eleitoral do poder. Todos os partidos e os governos hegemónicos chegaram ao poder por via armada e dele saíram igualmente por meios violentos. A violência política, a sedição armada, a conspiração revolucionária eram intrínsecas ao sistema de governo da I República, que, de facto, mais não foi que um longo interregno revolucionário, marcando o seu trilho com revoluções, sedições, prisões e muitos mortos e feridos.

O curto período de duração da República, cerca de 15 anos, foi, por isso, uma época de revolucionamento social e político. Para além de uma violência endémica, que se perpetuava

nas ruas, por via das denominadas “formigas”, ou através dos batalhões de voluntários da República, para além de numerosas conspirações, só planeadas ou debilmente intentadas, quatro grandes confrontos, quatro grandes batalhas, e o termo batalha, o conceito de batalha, pode efectivamente ser a estes acontecimentos aplicado, se travaram nas ruas de Lisboa durante a I República. Foram quatro batalhas, porque durante alguns dias a urbe lisboeta viu confrontarem-se e batalharem duas forças bélicas opostas, duas forças, combinando sempre civis e militares, utilizando, para se defrontarem, armas, e não só armas ligeiras, mas também, e essencialmente, artilharia, porfiando em campos separados, até que uma, dando-se por vencida, capitulava perante a sua adversária. Esta descrição encaixa como uma luva na definição de batalha de John Keegan, um defrontamento entre forças organizadas num espaço e num tempo perfeitamente delimitado (Keegan, [1976]: 12). Podemos dizer ainda que eram batalhas porquanto se encaixam de forma brilhante na definição clausewitziana de estratégia: «combinar os engajamentos com vista a alcançar a decisão da guerra» (Clausewitz, 1984: 177 e ss.), isto é, como combinar os combates almejando uma resolução política favorável ao vencedor dos mesmos. As Batalhas da República tiveram sempre um fito político. As forças em defrontação visavam a mudança da situação política, substituindo-a por outra. Das quatro batalhas que estudaremos, três tiveram sucesso, uma fracassou (momentaneamente, pois foi uma catapulta para uma decisão que se pode dizer, foi definitiva para a resolução da crise da I República).

### 3.1) - 4/5 de Outubro de 1910

#### 3.1.1.) - Os Inimigos: a Monarquia contra a República

A Revolução do 4/5 de Outubro de 1910 foi uma sedição republicana contra a monarquia. Desde o regicídio que a monarquia portuguesa entrara em profundo estertor. O jovem e imberbe rei D. Manuel II, aconselhado por sua mãe e avó, decidiu enveredar por uma “política de acalmação”, que não teve mais efeitos que estimular a sedição do Partido Republicano Português (PRP) (Proença, 2006: 30-32). Este, no Congresso nacional de 1909, em Setúbal, decidiu-se pela revolução com vista a derrubar a monarquia portuguesa, criando dois comités revolucionários, um civil, outro militar, sob orientação geral de João Chagas. No Congresso do PRP de Abril de 1910, no Porto, teve-se ainda a ousadia de enviar emissários à Grã-Bretanha e à França com o fito de auscultar qual a atitude destes países face a um possível derrube da monarquia em Portugal (José Relvas, 1977: 80-93). A neutralidade destas potências, principalmente da Grã-Bretanha, dinamizou ainda mais todo o processo revolucionário e, durante a primavera e o verão de 1910, a sedição teve para sair para a rua mais de uma vez. Saiu finalmente na madrugada de 4 de Outubro, em situação um tanto ou quanto adversa.

### 3.1.2.) - A Batalha do 4/5 de Outubro de 1910

Em teoria, os revolucionários republicanos contavam com a adesão de grande parte das guarnições militares de Lisboa, que seriam sublevadas por um núcleo restrito de oficiais e numerosos sargentos e cabos, apoiados por civis armados. Acrescia a isso o apoio maciço da população de Lisboa, com muitos civis enquadrados pela temível Carbonária.

Na madrugada de 4 de Outubro, Machado dos Santos, um dos líderes da sedição revolucionária e um carbonário renomado, responsável por importantes adesões de marujos à causa da república, insurreccionaria o quartel do Regimento de Infantaria 16 (Campo de Ourique). Machado dos Santos penetrou nele com o apoio de numerosos civis, ao encontro dos militares sediciosos, tendo a maioria dos oficiais deste campo militar fugido à chegada dos revolucionários. Com o corpo militar mobilizado, marcharia sobre o quartel vizinho de Artilharia 1 (Alto do Parque) que, de igual modo, insurreccionou, mal por ele entraram praças de Infantaria 16 e civis armados. Os oficiais de Artilharia 1 que não quiseram seguir Machado dos Santos foram aprisionados. Com esta parca força, cerca de 300 homens, Machado dos Santos, marchou até ao Rato, onde assaltou a esquadra de polícia com vista a aumentar o seu armamento e depois seguiu em direcção à Avenida, onde, esbarrando com alguma resistência e vendo as reticências dos revolucionários civis e militares em assaltar as posições inimigas, retirou para a Rotunda. Segundo o Capitão Palla, o oficial mais graduado de Artilharia 1 que estava com os sublevados, a Rotunda foi escolhida como campo entrincheirado por ser um espaço axial em Lisboa, sem impedimentos que inibissem o fogo das peças de artilharia de que se dispunha, podendo bater qualquer ponto da cidade e ao mesmo tempo permitindo aguardar pelo desembarque dos marinheiros (Relatórios, 1973: 75). Estes, a bordo do Cruzador Adamastor, sob o comando do Capitão-de-Mar-e-Guerra Mendes Cabeçadas, tinham-se rebelado por volta das 3H.00 da manhã, em concurso com os seus colegas do Quartel dos Marinheiros em Alcântara.

O General Gorjão, chefe do Estado-maior das forças monárquicas, tendo o Quartel-general no Quartel do Carmo, mobilizara entretanto as suas forças. Estas eram compostas basicamente pelos regimentos de Caçadores 2 (Castelo de São Jorge) e de Infantaria 5 (Graça), que só não se tinham insurreccionado por estarem de prevenção e com todos os oficiais mobilizados e dentro dos quartéis. Estas unidades militares foram remetidas para o Rossio e para os Restauradores. Os oficiais destas unidades que pertenciam aos comités revolucionários republicanos optaram por “esperar pelos acontecimentos”, ao mesmo tempo que promoviam nos seus soldados a inércia e a desmoralização. As forças aquarteladas em posição defensiva

na Avenida e nos Restauradores, sem peças de artilharia e sob fogo intermitente das bocas-de-fogo sediciosas da Rotunda, não só quebraram inúmeras vezes a formação, debandando para as Arcadas dos prédios em redor para se proteger do tiro inimigo, como evidenciavam um elevado estado de pânico, disparando por tudo e por nada, sem respeitarem alguma “disciplina de fogo” (fazer tiro só a ordem superior).

O General Gorjão só esperava uma sedição civil e jamais contara com o poder de fogo dos revolucionários republicanos: o plano secreto, pelo comando da I Divisão (Lisboa) divisado, em caso de sublevação popular, impunha o guarnecimento de diversos edifícios estratégicos (o Paço, a Caixa Geral de Depósitos, o Banco de Portugal, os Correios e Telégrafos, etc.) e a exibição de força para conter a irrupção popular. As suas tropas quadrilataram os Restauradores e o Rossio à espera, de forma passiva, de uma arrancada da Rotunda ou de um assalto anfíbio da esquadra rebelada no Tejo. A resposta tentada à rebelião civil-militar pecou por tardia e pela falta de ânimo. Com efeito, o plano do Quartel-General divisado para esmagar a posição da Rotunda, uma manobra envolvente por duas pinças, uma, mais ampla, que surgiria de Campolide e outra, de amplexo menor, que partiria de Rilhafoles, nem passou do papel, dada a falta de efectivos, pese as forças teoricamente assignadas ao Quartel-general serem muito superiores aos efectivos existentes nas posições republicanas, evidenciando a falta de força anímica e de espírito ofensivo que perpassava pelos corpos militares governamentais (Leitão, 2010: 75-77 e 98-100).

Da parte monárquica só ressalta a acção quixotesca de Paiva Couceiro, que veio de Cascais, por Queluz, ao encontro dos elementos do Grupo de Baterias a Cavalos, que compunham, com Lanceiros 2 e Infantaria 2, a suposta manobra envolvente da Rotunda. Com poucas peças, 3 na prática (o Grupo de Baterias a Cavalos só dispunha de uma bateria em estado operacional), Couceiro travaria um duelo de artilharia com a Rotunda (8 peças) e o quartel de Artilharia 1. Sob fogo da Rotunda, parte das praças e dos oficiais de Infantaria 2 e do Grupo de Artilharia a Cavalos debandaram. Couceiro duelaria com as peças da Rotunda por algumas horas, sem grande efeito, e, ficando sem munições, retirou, ingloriamente (Valente, 2006: 71-78). E por aqui ficaria, praticamente, a reacção monárquica.

Entretanto, iam-se amotinando as unidades navais. Inicialmente, tinham-se insurreccionado os Cruzadores Adamastor e São Rafael. Subsequentemente, às 22H.00 de 4 de Outubro era assaltado o Cruzador D. Carlos por civis armados e marinheiros vindos num pequeno navio, e insurreccionado, com o apoio de grande parte da marinhagem da unidade naval, que aprisionou os oficiais que estavam a bordo, ferindo igualmente o seu comandante quando este intentou impor a disciplina a bordo (Leitão, 2010: 117-125). Os republicanos passaram, por

isso, a contar com as unidades principais da frota portuguesa e com a mais potente artilharia de que o país dispunha, peças de 10,5 CM e 12,0 CM, com as quais começaram por bombardear as Necessidades, aonde habitava o rei D. Manuel II e a sua família.

Face ao bombardeamento, o rei, que jamais durante toda a rebelião tomara alguma iniciativa de carácter militar e limitara-se a aguardar os acontecimentos, foi aconselhado, pelo governo e pelo Quartel-general, a retirar-se para Mafra e a ir para o Norte em busca de apoio e segurança (Leitão, 2010: 153-157 e 213-215).

Notícias sobre a eventual fuga do rei aumentaram a desmoralização das forças presentes nos Restauradores e no Rossio. A situação destas forças estava ainda debilitada pelas notícias que indicavam o desembarque para breve de 1500 marinheiros insurrectos no Terreiro do Paço, ao mesmo tempo que, à vista de muitos, manobravam os Cruzadores rebelados, com as suas potentes bocas-de-fogo apontadas para a Baixa. O próprio comando da I Divisão desanimava rapidamente, dado o fracasso da manobra envolvente e as informações dos comandantes dos regimentos presentes no Rossio sobre a recusa dos seus soldados em disparar sobre o suposto desembarque anfíbio (Leitão, 2010: 177-183).

O desenlace final teve algo de tragicómico. Um pedido de armistício do Encarregado de Negócios alemão para retirar da zona de combate os civis estrangeiros que o desejassem, aceite pelo alto comando monárquico, foi habilmente aproveitado por Machado dos Santos, que, arrancando da Rotunda à frente de uma multidão de civis que já se misturavam com os soldados do Rossio e dos Restauradores, desintegrou e fez capitular prontamente qualquer resquício, se o houvesse, de vontade de combater pela monarquia, das forças militares aí posicionadas.

### 3.1.2.) - O Desfecho: O Triunfo da República

Com a proclamação da República na Câmara Municipal de Lisboa, por José Relvas, triunfava a revolução republicana. Esta já se consumara também no Porto e na margem Sul do Tejo, por Almada, pelo Barreiro, por Setúbal e a norte, no Porto, .... Sabendo disso, o Rei, que embarcara na Ericeira, no late D. Amélia, fê-lo rumar para Gibraltar, onde iniciaria o seu exílio, que só terminaria com a sua morte, em condições trágicas, em 1932.

## 3.2.) - 14 de Maio de 1915

### 3.2.1.) - Os Inimigos: A República Contra a “Ditadura” do General Pimenta de Castro

Os republicanos não conseguiram manter a sua unidade após a implantação da República. Cindiram-se em três partidos: o poderoso e mais amplo partido “democrático”, o “velho” PRP, dirigido por Afonso Costa, e duas formações mais pequenas, uma liderada por António José de Almeida (os evolucionistas) e outra por Brito Camacho (os unionistas). Apesar de Afonso Costa liderar a força política mais poderosa, o primeiro parlamento republicano não reflectia o “equilíbrio de forças” da I República. Derivado da Constituinte, o primeiro parlamento republicano mantinha um equilíbrio de poder entre as três grandes formações políticas da República, o que significa que os partidos anti-afonsistas, em geral, o dominavam, tendo por corolário a eleição de um Presidente da República, Manuel de Arriaga, hostil aos democráticos. Este, em vez de deslindar o novelo de poder através de eleições gerais que definissem a real correlação de forças partidária da República, o que fatalmente conduziria a um governo “democrático”, optou por nomear sucessivos governos, ditos de cariz aglutinador e unitário, com o fito, efectivo, de expelir do poder Afonso Costa e seus correligionários. O resultado foram governos extraordinariamente frágeis, que qualquer contrariedade, fatalmente, derrubava, por falta de um sólido apoio parlamentar. Eleições parcelares para a Câmara dos Deputados deram, contudo, a possibilidade a Afonso Costa de governar com uma maioria parlamentar em princípios de 1913, reforçando o seu poder político e as possibilidades de a médio prazo dominar os cordelinhos do aparelho legislativo (recorde-se, aqui, que o parlamento republicano era bicamaral, o Congresso tinha duas câmaras, a dos deputados e o Senado, ambas eleitas por sufrágio – veja-se Matos, 2010: 53 e ss.) (Valente, 1997: 35 e ss.).

A eclosão da guerra, em 1914, e a propensão beligerante dos “democráticos” avolumou a crispação política. A conjuntura política agravou-se para fins de 1914, quando a possibilidade de eleições gerais, concomitantemente com a antevista, em breve, participação na guerra, fruto de um pedido da França a Portugal para lhe fornecer artilharia, exponenciou a dicotomia política. Manuel de Arriaga, respaldado por António José de Almeida e por Brito Camacho, optou então por nomear o General Pimenta de Castro para Presidente do Ministério, com o fito declarado de provocar eleições que, por via do controlo ditatorial e governamental do processo eleitoral, dessem a vitória aos partidos “conservadores” do sistema: os evolucionistas e os unionistas (Ferreira, 1973: 196-215; Martins [Pimenta de Castro]: 67-90).

Contudo, dois grãos de areia fizeram fracassar a engrenagem: por um lado, Pimenta de Castro deixou entrar no redil republicano elementos monárquicos, que deram uma progressiva tonalidade restauracionista ao seu governo; por outro lado, os republicanos radicais, aos quais se juntaram dissidências evolucionistas e unionistas, por via do que parecia ser o excessivo restauracionismo do governo de Pimenta de Castro, resistiram e ripostaram às pretensões

ditatoriais do pimentismo. Decisiva neste processo de resistência “democrática” foi a recusa em ceder ao fechamento do parlamento em Março de 1915. Face à intransigência do governo de Pimenta de Castro em não permitir, como deveria suceder, a abertura do parlamento, os “democráticos” e outros republicanos, a 4 de Março, data em que deveria aquele abrir, reúnem no Palácio da Mitra, no Tojal, Concelho de Loures, o (seu) Congresso. Sem que o governo se lhes opusesse, para os radicais republicanos iniciava-se assim a preparação da “batalha” que deveria aniquilar o governo “ditatorial” de Pimenta de Castro (Valente, 1997: 65-74).

### 3.2.2.) - 14 de Maio de 1915

A revolução do 14 de Maio de 1915, mais violenta que a do 5 de Outubro de 1910, centrar-se-ia ao longo do Rio Tejo e teria como grande base operacional a Armada, os navios e os quartéis de marinheiros que pontuavam a margem norte do estuário.

A insurreição começou com uma salva de tiros das peças de 15,0 CM do sedicioso Cruzador Vasco da Gama, sob o comando do Comandante Leote Rego. A ele se juntaram o Adamastor, o Almirante Reis, assim como o Destroyer Liz e a Fragata São Gabriel. Ao mesmo tempo, eram insurreccionados o Quartel de Marinheiros em Alcântara e o Arsenal da Marinha no Terreiro do Paço.

Do Quartel dos Marinheiros partiram forças para ocupar a Estação ferroviária de Alcântara-Mar e a Estação dos Eléctricos de Santo Amaro, ao mesmo tempo que punham em cheque os movimentos do posto de polícia das Necessidades, que se afirmou como neutral no embate bélico em vista. A primeira força do Exército a surgir defronte ao Quartel dos Marinheiros, Infantaria 2, aderiu ao movimento insurreccional, passando para o seu lado como todo o armamento que trazia e reforçando o potencial de combate dos marinheiros. No total, cerca de 1200 homens teriam combatido pela revolução na zona de Alcântara.

O Arsenal da Marinha, no Terreiro do Paço, foi outro dos baluartes da sedição, rebelado por vários oficiais, dos quais se destaca Fernando Augusto Pereira da Silva, futuro Ministro da Marinha e organizador do plano de reforma naval dos anos 20.

Os revoltosos optaram por esperar pelas acções do governo. Este tinha, em teoria, pelo seu lado, a guarnição militar de Lisboa. Mas os oficiais, em geral, favoráveis ao conservador Pimenta de Castro, não podiam contar com os sargentos e cabos, muitos ligados aos

“democráticos” e aos carbonários, por isso, poucas unidades ocorreram em apoio do Presidente do Ministério e mesmo estas marchavam grandemente desmoralizadas.

Infantaria 5 e Infantaria 16 marcharam contra o Arsenal da Marinha. Tinham, contudo, um grave problema de manobrabilidade, porque a esquadra sublevada da Armada, poderosamente dotada em artilharia, condicionaria qualquer assalto em massa ao Arsenal da Marinha. É provavelmente a incapacidade de delinear um plano credível para assaltar o Arsenal que explica que as forças postadas no Rossio e nas Ruas que dali partem para o Terreiro do Paço tenham ficado inactivas. De facto, tiros feitos, em enfiada, para a Rua do Ouro, paralisaram qualquer ideia de manobra de Infantaria 5. Para lá de alguma troca de tiros, pouco se fez para jugular a sublevação do Arsenal da Marinha.

Pelo contrário, em Alcântara o combate foi bem mais renhido. As posições de Alcântara, ao longo do vale do mesmo nome, à época, estavam rodeadas por zonas pouco povoadas e abertas, a partir do qual era possível fazer desdobrar um assalto suportado por artilharia postada nos morros e colinas adjacentes, como a de Santa Catarina e a da Estrangeira de Cima, onde se instalou uma bateria de Artilharia 1, para desapontamento dos sublevados, que tinham da unidade militar a memorável lembrança dos seus feitos em 5 de Outubro de 1910. Apoiados no fogo de Artilharia 1, Infantaria 1 intentou jugular em alguns assaltos e num intenso duelo de atiradores a sublevação do Quartel de Marinheiros, intenções debaldadas, quer pela vontade de resistência dos sediciosos, quer pelo poder de fogo das unidades da Armada, principalmente do Cruzador Vasco da Gama, que acabaram sempre por levar a melhor face às inferiores bocas-de-fogo das forças governamentais (o Cruzador Vasco da Gama, apesar de obsoleto para a guerra naval em 1914, dispunha de uma pujante artilharia de 20,3 CM, pelo contrário, Artilharia 1 só podia contar com peças de 7,5 CM). As peças instaladas na Estrangeira de Cima seriam tomadas de assalto pelas forças sublevadas, do mesmo modo que as bocas-de-fogo postadas no Alto de Santa Catarina seriam postas fora de combate e forçadas a retroceder face à réplica bem mais potente dos navios surtos no Tejo (Pereira, 1915; Rocha Martins [Pimenta de Castro]: 223 e ss).

Ao fim do dia, incapaz de debelar a insurreição, Pimenta de Castro foi obrigado a negociar um armistício com os sublevados. Isto significava tão só o reconhecimento da sua derrota. O seu governo caíra. O Exército, não querendo assumir para si um banho de sangue, abandonava o combate e o Presidente do Ministério Pimenta de Castro saía de cena. Em breve lhe seguiria Manuel de Arriaga.

### 3.2.3.) - O Triunfo dos Democráticos

Seguir-se-iam eleições, controladas por um ministério “democrático” e que asseguraram a Afonso Costa e ao seu partido a total maioria no Congresso (Câmara dos Deputados e Senado). A tentativa desesperada de Manuel de Arriaga e dos conservadores republicanos para travar a hegemonia “democrática” terminava em cataclismo, com a supremacia política destes. Afonso Costa tinha as mãos livres para governar e empurrar o país para a guerra (Valente, 1997; 75-79).

### 3.3.) - 5 de Dezembro de 1917

#### 3.3.1.) - Os Inimigos: A Ascensão das “Direitas”

Para os Democráticos e para Afonso Costa, seu líder, a intervenção na Grande Guerra seria o bálsamo para as divisões internas. O perigo externo uniria todos em redor do governo, asseguraria uma “união sagrada” que cimentaria as fissuras da nação, assegurando simultaneamente o prestígio da República, em termos internacionais e face à Grã-Bretanha, e legitimaria interna e internacionalmente o regime. A intervenção era por isso uma prioridade dos democráticos, após o seu triunfo em 14 de Maio de 1915 (Teixeira, 1996; Fraga, 2010).

Vãmente, as dificuldades que a intervenção na Grande Guerra gerou acabariam por unir todos os adversários do regime numa “união sagrada” anti-democrática e anti-afonsista. Por fins de 1917, os “democráticos” estavam completamente isolados internamente. Os evolucionistas tinham implodido face ao apoio prestado inicialmente por António José de Almeida aos governos da “união sagrada” de Afonso Costa. Os unionistas sempre se tinham oposto à entrada do país, como beligerante, na Grande Guerra. Monárquicos e Católicos eram completamente hostis à intervenção, quando não pautavam a sua acção por uma teutofilia intensa. Os libertários e, em geral, a classe operária, assim como a pequena burguesia, tinham há muito abandonado o afonsismo, vilipendiado e invectivado por todas as dificuldades geradas pela guerra, nomeadamente acusado de permitir o açambarcamento e o aumento exponencial do custo de vida. Lisboa, por via dos motins e atentados, era uma cidade em estado de sítio, militarizada, profundamente hostil ao poder dos “democráticos”. Era uma época em que os conservadores se começavam a reorganizar, como se evidencia pela criação, em fins de 1917, do Partido Conservador Republicano.

É neste contexto que surge Sidónio Pais. Este integra uma conspiração mobilizada por Brito Camacho. Mas, enquanto para o chefe dos unionistas esta servia fundamentalmente para pressionar ainda mais os “democráticos”, para Sidónio só servia para derrubar o odiado poder

afonsista. Aproveitando a fragilização do controlo dos quartéis pelos militares “democráticos”, quase todos mobilizados nos diversos Teatros de Operações onde Portugal se batia, Sidónio dispunha de um exército anti-governamental, conservador, profundamente hostil à intervenção na Grande Guerra, “anti-guerrista” e disposto a bater-se contra o regime instalado. A conjuntura era tanto ou mais favorável, quando a rua há muito deixara de pertencer aos “democráticos”, enquistados desesperadamente nos palácios do poder (Meneses, 2000; Samara, 2002; Fraga, 2010).

### 3.2.2.) - A Batalha: A Rotunda Contra a “República”

A batalha do 5 de Dezembro de 1917 é fácil de descrever. Sidónio Pais, tendo mobilizado a seu favor as forças de Artilharia 1, os cadetes da academia militar, mais algumas unidades de infantaria prontas para partir para a Flandres e com pouca vontade de para lá embarcar, concentrou-se na Rotunda. Aí esperou pela resposta governamental. Sidónio Pais e os sublevados não podiam contar com a Armada, a força mais “democrática” das Forças Armadas. Esta, mobilizando-se, bateu a Rotunda com o fogo de alguns dos seus navios: o contratorpedeiro Guadiana e o transporte armado Gil Eanes (mas curiosamente, sem disponibilizar nenhum dos seus mais poderosos Cruzadores – João Freire, 2010: 53) ao mesmo tempo que uma força de marinheiros vinda do Quartel dos Marinheiros de Alcântara tentava expulsar Sidónio Pais da Rotunda. Os marinheiros jamais ultrapassaram o Largo do Rato – “a marinha foi beber água ao Rato” tornou-se um dito popular à época – as posições avançadas de Sidónio a Oeste de Lisboa. Outra força, da GNR, intentaria um assalto pela Avenida da República, também sem sucesso, sendo batido por intenso fogo e ficando paralisada a meio do caminho. A conjuntura bélica é tanto mais favorável, quando a “artilharia civil” está do lado dos “conservadores” e desgasta os movimentos da “infantaria” da Armada na sua intenção de desalojar Sidónio Pais da Rotunda: a alma do povo de Lisboa já não vibrava pelos “democráticos” e por Afonso Costa. E o fogo da artilharia da Armada não conseguiu quebrar as fortes posições da Rotunda. Desta feita, as forças de terra não cedem, e aguentam-se e batem-se. Ao fim de três dias a resolução de Sidónio Pais pende a contenda para o seu lado. O governo demite-se. Afonso Costa estava fora do país. Chega ao Porto no primeiro dia da sublevação, mas não arrisca a descer até Lisboa. A resistência era dirigida pelo Ministro da Guerra, Norton de Matos. Do Porto, Afonso Costa faz apelos à resistência, à força de vontade em não ceder aos sublevados, em vão. Sidónio ganhou. O governo quebrou moralmente, em face da hostilidade da Rotunda, suportada numa população exausta da guerra (Martins [Sidónio Pais]: 33-70; Meneses, 2010: 72-73).

### 3.2.3.) - A “Ideia Nova”

A vitória de 8 de Dezembro cabe inteiramente a Sidónio Pais. Aguentou-se firme na Rotunda, apoiado no Exército, no grosso do Exército que esteve sempre do seu lado. A sua experiência, a sua estranha experiência política podia começar e iniciava-se atendendo à sua génese. O Sidonismo foi obra de Sidónio Pais, chefe carismático, chefe militar, chefe “bonapartista” em redor do qual, de facto, gravitou todo o seu curto regime.

### 3.4.) - 18 de Abril de 1925

#### 3.4.1.) - “O Canto do Cisne” da I República

Desde 1922 que o Exército se fora afirmando como o instrumento de redenção da “Pátria” em convulsão. A “noite sangrenta” (1921) desarmara a “guarda pretoriana” da República, a GNR. As reformas de Pereira da Silva, no biénio final do regime, tinham apaziguado o radicalismo da Armada, evidenciado no decréscimo das intervenções políticas deste ramo da força armada (Freire, 2010: 73-74). Pelo contrário, o Exército via-se cada vez mais como o “Soberano” que redimiria a Pátria da crise em que se debatia.

Na verdade, o papel redentor do Exército emergia numa conjuntura em que as forças conservadoras ganhavam amplo terreno por toda a Europa e em Portugal igualmente. O radicalismo da direita, em resposta, em parte, ao radicalismo de esquerda, mas muito menos intenso do que se julga, ensombrava a Europa dos anos vinte e trinta, e em Portugal a situação era-lhes igualmente favorável. De vários cantos conservadores vinham apelos à acção das “espadas”. De um modo ou de outro, os conservadores sabiam que as portas para tomar o poder se escancaravam, era tão só necessário dar um impulso final ao processo (Telo, 1984; Martelo, 1999: 17-37).

É neste contexto que, em 18 de Abril de 1925, um grupo de altos comandos militares se subleva. A conspiração já vinha de antanho e todos os autores da intentona eram reputadas figuras da “direita” em Portugal, com provas dadas no combate ao estado do regime. O 18 de Abril foi, de facto, um “golpe” militar, com alguns civis à mistura. Eram oficiais do Exército no activo que levantavam as “durindanas” contra a República.

#### 3.4.2.) A Primeira Batalha Contra a República

O 18 de Abril de 1925 é uma conspiração “militar”. Como realçou com veemência um dos seus mais activos participantes, Jorge Botelho Moniz, desde o início que o General Sinel de Cordes,

o principal chefe dos conspiradores, optou por centrar toda a conspiração no meio militar (Moniz, 1926). A conjura reflectia, em si, a visão que se tornaria canónica nos meios conservadores e nos meios castrenses, de que só uma intervenção redentora do Exército poderia jugular a crise por que passava a pátria (Figueiredo, 1926).

As forças de que realmente dispunham os conspiradores militares é que debilitaram o plano. Estas resumiam-se ao 1.º Grupo de Metralhadoras, ao Grupo de Artilharia a Cavalos de Queluz, ao Batalhão de Telegrafistas, que, contudo, só às duas da tarde aderiu ao movimento, e ao Batalhão de Sapadores dos Caminhos-de-Ferro, uma unidade mítica para a direita conservadora, pois ajudara a esmagar as greves dos ferroviários dos anos de 1919 e 1920, assegurando a circulação das locomotivas e dos comboios. Para obstar às sabotagens das linhas-férrreas por piquetes de grevistas, os Sapadores do Caminho-de-ferro tinham desenvolvido uma tática particularmente cruel: punham um vagão (o famigerado Vagão-Fantasma) cheio de grevistas aprisionados à frente das locomotivas para que, em caso de descarrilamento, serem os seus colegas as primeiras vítimas das sabotagens. Claro que isto abalou a determinação dos grevistas e assegurou a circulação nas ferrovias.

Com estas unidades, os revoltosos ocuparam na madrugada de 18 de Abril de 1925 a Rotunda e, tal como acontecera com Machado dos Santos, catorze anos e meio antes, aí se entrincheiraram, cobrindo, desta feita, com as metralhadoras, as embocaduras das vias que irradiavam dessa posição.

Outras forças prometidas, simplesmente, não se levantaram, enfraquecendo irremediavelmente a manobra delineada. Foi o caso de Infantaria 16 (que se aquartelava no Castelo de São Jorge), que deveria ocupar o Arsenal do Exército, o que não aconteceu. Dos oficiais de Cavalaria 2, que não apareceram com o seu regimento, de Infantaria 2, onde no dia aprazado, só estavam metade dos oficiais que se tinham comprometido com o “movimento”.

No total, entrincheiraram-se na Rotunda cerca de 1000 homens, com 50 metralhadoras e 8 peças de artilharia, pertença do Grupo de Artilharia a Cavalos de Queluz.

Entretanto, Sinel de Cordes, como emissário dos revoltosos, pedia para falar, para negociar, para impor o seu ultimato ao Presidente Teixeira Gomes, através do Ministro do Guerra, Vieira da Rocha, que demonstrou desde logo empatia para com os objectivos do movimento. Dirigem-se, por isso, para o Quartel do Carmo, onde se refugiara o Presidente da República e o governo. Não contavam com a resolução do Conselho de Ministros e, principalmente, do Presidente da República, suportado pelos ministros Comandante Paço de Arcos e Coronel

Vitorino Godinho (Paço d'Arcos, [s/d]: 97-99; Godinho, 2004: 434-426). No Carmo, Vieira da Rocha é prontamente demitido e Sinel de Cordes aprisionado. O governo mobiliza forças, face à inacção dos militares sediciosos que, na Rotunda, mantêm uma ansiosa expectativa. Decididamente, os militares sublevados não esperavam tanta resolução por parte do governo, nem tanta titubeação na maioria dos seus colegas que erravam na posição que deveriam tomar.

Pelas quatro da tarde, garantidas algumas unidades da capital, nomeadamente, a do Castelo de São Jorge, fortemente dotada de Artilharia, e o apoio da Armada, o governo decide passar à ofensiva, face à apatia dos sublevados entrincheirados na Rotunda. A partir de Monsanto, Artilharia 3 bate a Rotunda. Descoberta, Artilharia 3 sofre perdas elevadas, por via da resposta das baterias da Rotunda. De Infantaria 16, mais fogo vem, oriundo do Castelo de São Jorge. A situação dos sublevados vai-se periclitando: não conseguem descortinar se o fogo intenso a que estão expostos vem ou não do Castelo de São Jorge. Ao contrário da bateria de Artilharia 3, que estando demasiado exposta, permitira uma fácil detecção da sua posição e pudera ser contrabatida, as peças do Castelo eram invisíveis para os sublevados. Ao mesmo tempo, colunas de marinheiros, uma companhia de Infantaria 16 e outra de Infantaria 11 investem pelo Largo do Rato, pela Avenida Braancamp e por Campolide sobre a Rotunda. Infantaria 1 reforça igualmente as forças governamentais. A Guarda Republicana, cavalaria e infantaria aproximavam-se também, pela Avenida Duque de Loulé e por Sete Rios.

O fogo é intenso de parte a parte, apesar de ser pouco mortífero. Nos revoltosos há quem julgue que o prolongamento da resistência poderá ainda virar a conjuntura bélica a seu favor. Não obstante, pela manhã de dia 19, o governo domina já a situação, dispondo de maior poder de fogo e de mais forças no terreno que os sublevados. Pior, estes estão a ser cercados e à beira de serem totalmente isolados (o que do ponto de vista psicológico, poderia induzir a uma batalha de aniquilamento completamente desfavorável para os insurrectos). Face à conjuntura adversa da batalha só resta aos sublevados a capitulação, assim o fazem, na manhã de dia 19 de Abril (Moniz, 1926; Rosas, 2007: 55-56).

#### 3.4.3.) O “Canto do Cisne” da República

A derrota, como, à altura, um dos participantes bem o relevou, fora produto da tergiversação de muitos dos oficiais do Exército que à última hora, titubeantes, não tinham apoiado o movimento (Moniz, 1926). A divisão da guarnição castrense de Lisboa permitira que a resolução do governo levasse à derrota da sublevação. Fora contudo o último espasmo bélico da I República. Ainda derrotaria algumas conspirações pouco pujantes, mas a próxima batalha

de Lisboa nasceria já da luta contra a Ditadura Militar. Os derrotados de 18 de Abril de 1925 desembainhariam de novo as suas “espadas”, mas desta vez, triunfalmente, a 28 de Maio de 1926. Desta vez, não falhariam e da I República só sobraria a memória.

### **CONCLUSÃO: AS “BATALHAS DA REPÚBLICA” EM PERSPECTIVA**

Fernando Rosas fala de uma “guerra civil intermitente” para caracterizar a conjuntura bélica da I República no contexto da conflitualidade político-social da mesma (Rosas, 2007). As “batalhas” de Lisboa da I República são espasmos de exponenciamento da violência política que caracteriza a vida desse regime. A I República é intrinsecamente marcada por um largo espectro de disputa e de combate ideológico, fruto de um débil domínio político por parte dos poderes que asseguram a governação do país. A tendência dos historiadores em referir a hegemonia dos “democráticos” esconde e camufla o real facto de estes jamais terem conseguido usurpar a totalidade do poder, deixando amplas margens de liberdade de acção aos seus adversários, explicitando porque o seu domínio político, não só acabou por ser contestado sistematicamente pela pena e na rua, mas de só se ter exercido por breves e conturbados lapsos de tempo (entre 1913 e 1915 e, depois, entre 1915 e 1917, sempre sob a pressão de amplos grupos da oposição). Na realidade, a tentação totalitária e o aparelho de “terror” “democrático” jamais se impôs à totalidade do país e a sua capacidade de usurpar o poder foi, efectivamente, quase sempre, contestada com sucesso, ao fim de algum tempo.

O poder na I República, excessivamente fragmentado, teve como corolário que o Estado exerceu quase sempre um débil controlo sobre a sociedade e seus agrupamentos políticos. Pelo contrário, estes evidenciaram uma forte couraça às pretensões de hegemonia de uma das partes. Incapazes de se afirmarem como fontes de poder hegemónico, os partidos que fragmentavam a arquitectura política da I República serviram, no essencial, para obstaculizar o domínio de um deles sobre os outros. Fernando Pessoa, num texto dos anos 20, bem o reconhecia: dividido o país em dois, entre monárquicos e republicanos, cada um incapaz de subjugar o outro, qualquer solução governativa estava, por isso, a eles vedada (Pessoa, 2006: 353-371).

Este contexto de fragmentação, de pluralização e, por isso, de debilitação do poder político e da arquitectura do Estado, justificam a “guerra civil intermitente” de que fala Fernando Rosas. A I República mais não foi que uma longa guerra civil larvar, pontuada por espasmos de violência bélica, de “guerra civil intermitente”, que reflectiam e exprimiam a crise política de todo o sistema liberal em Portugal.

As batalhas de Lisboa são por isso o reflexo e o espelho desta conjuntura: são verdadeiras batalhas que opõem exércitos em lide campal; pequenas batalhas, com poucos efectivos, é certo, cerca de 5000 homens, no conjunto de ambos os campos; mas batalhas no sentido clássico e puro e duro do termo. Em suma, elas confirmam, na sua forma, a asserção de Fernando Rosas ao cognominar estes embates de “guerras civis”, curtas, mas violentas “guerras civis”, que encaixam perfeitamente na interpretação que Clausewitz dá do que é uma guerra: um duelo, com vista a coagir o adversário a submeter-se à minha vontade e aos objectivos políticos que a enquadram (Clausewitz, 1984).

As batalhas de Lisboa são, de facto, combates com finalidades políticas bem claras e assumidas pelos seus actores: derrubar a monarquia, derrubar a ditadura de Pimenta de Castro, derrubar a “ditadura” dos “democráticos”, em 1917 e em 1925.

Combates bélicos, com fitos políticos claros que visam derruir o sistema de poder pré-existente e questionar o *statu-quo-ante*, espelho de uma intensa conflitualidade político-social, que derivava da crise da arquitectura de governação do modelo liberal oitocentista.

A dimensão política destes embates evidencia, por sua vez, o papel da população, nos choques bélicos. Com a excepção relativa da intentona de 18 de Abril de 1925, todas as outras “batalhas de Lisboa” tiveram uma participação activa e decisiva da população, que não só mobilizou forças para a pugna, como teve mesmo um papel estratégico, a denominada “artilharia civil”, na paralisação da manobra das forças governamentais.

De todas as “batalhas de Lisboa”, aquela em que a população teve um papel mais relevante deu-se a 4 e 5 de Outubro de 1910. Não só a mobilização popular reforçou consideravelmente a posição da Rotunda, como ajudou a paralisar os movimentos das forças governamentais e a desmoralizá-las, contribuindo para o colapso da sua vontade de combater e para a sua capitulação. Note-se que a sedição de 4 e 5 de Outubro teve uma participação militar fora do quadro de comando. A sedição apoiou-se, militarmente, em soldados, em sargentos e num pequeníssimo quadro de oficiais juniores. Pelo contrário, em 14 de Maio de 1915, a sublevação da Armada foi comandada por oficiais superiores e a participação desta corporação fez-se num quadro hierárquico mais definido que em 1910. A situação do Exército era distinta, dado o apoio que o governo do General Pimenta de Castro tinha na corporação e as unidades militares que se rebelaram fizeram-no contra as ordens dadas pelo comando militar superior. Pelo contrário, em 18 de Abril de 1925, a sedição advém da estrutura militar superior, tendo por sediciosos oficiais superiores do Exército, com a sublevação a assumir desde o início a

forma clara de um pronunciamento militar e de um golpe de estado promovido pela força militar.

A lenta apropriação da violência política pelos militares deriva, muito provavelmente, de as “lutas civis” pelo seu carácter bélico, ademais, reforçado pela característica campal das “batalhas de Lisboa”, tomarem a forma de uma defrontação armada, tornando cada vez mais relevante o papel das forças armadas na consecução de qualquer sublevação. Acresce a esta primeira dimensão, uma segunda, que resulta da idiosincrasia da arquitectura social da organização bélica nas sociedades contemporâneas. A força armada é um corpo especializado, com uma função muito própria e específica na sociedade e, por via desta, no Estado. A assunção de que cabe à força armada o domínio legal da violência torna-a um actor decisivo na disputa política baseada na utilização da violência.

A República, uma “guerra civil intermitente”, na conceptualização de Fernando Rosas, uma guerra civil larvar, foi uma excelente incubadora dos gérmes que a aniquilaram. Ao fundar um poder, advindo de uma revolução e alicerçado na violência política, incapaz, na realidade, de assegurar a estabilidade social necessária à solidificação do regime, estimulando uma percepção de “acossamento” permanente, a I República foi a chocadeira das baionetas que a derrubaram em 28 de Maio de 1926.

**BIBLIOGRAFIA**

AFONSO, Aniceto – *História de uma Conspiração, Sinel de Cordes e o 28 de Maio*. Lisboa: Editorial Notícias, 2002.

BRANDÃO, Raul – *Memórias*. Lisboa: Relógio de Água, 1998-2000. I Vol., Tomo I, II, III.

CARRILHO, Maria – *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Século XX. Para uma explicação sociológica do papel dos militares*. [s.l.]: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, [s.d.].

CLAUSEWITZ, Karl von – *On War*. Princeton: Princeton University Press, 1984 (1836).

FERREIRA, David – *História Política da Primeira República Portuguesa (1910-1917)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973 e 1981. 2 Vols.

FERREIRA, José Medeiros – *O Comportamento Político dos Militares, Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no Séc. XX*. Lisboa: Editorial Estampa, 1992.

FREIRE, João – *A Marinha e o Poder Político em Portugal no Século XX*. Lisboa, Edições Colibri, 2010.

KEEGAN, John – *O Rosto da Batalha*. Lisboa: Fragmentos, [1976].

LEITÃO, Joaquim – *Diários dos Vencidos. O 5 de Outubro visto pelos monárquicos em 1910*. Lisboa: Aletheia Editores, 2010.

MARTELO, David – *A Espada de Dois Gumes, As Forças Armadas do Estado Novo (1926-1974)*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1999.

MATOS, Luís Salgado de – *Tudo o que quis saber sobre a Primeira República em 37 mil palavras*. Lisboa: ICS, 2010.

MEDINA, João – *O “Presidente-Rei” Sidónio Pais*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.

MENESES, Filipe Ribeiro de – *União Sagrada e Sidonismo. Portugal em Guerra (1916-1918)*. Lisboa: Edições Cosmos, 2000.

MENESES, Filipe Ribeiro de – Afonso Costa, O Político. *Visão História, 41 Grandes Figuras da República*. N.º 10 (Setembro 2010), pp. 42-47.

MENESES, Filipe Ribeiro de – *Afonso Costa*. Alfragide: Texto, 2010.

MARTINS, Rocha – *Pimenta de Castro, Ditador Democrático*. Lisboa: Bonecos Rebeldes, [s.d.].

MARTINS, Rocha – *Sidónio Pais, Ídolo e Mártir da República*. Lisboa: Bonecos Rebeldes, [s.d.].

MONIZ, Jorge Botelho – *O 18 de Abril de 1925*. 2.ª ed. Lisboa, [s.n.], 1926.

PESSOA, Fernando – *Prosa Publicada em Vida*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.

PEREIRA, Cláudio – *História do 14 de Maio de 1915 – A Revolução Portuguesa*. Lisboa: CP e M. Pinto Vieira, 1915.

PROENÇA, Maria Cândida – *D. Manuel II*. Lisboa: Círculo dos Leitores, 2006.

RAMOS, Rui – A Segunda Fundação (1890-1926). In MATTOSO, José (coord.) – *História de Portugal*. Lisboa: Círculo dos Leitores, 1994. VI Vol.

*Relatórios sobre a Revolução de 5 de Outubro de 1910*. Prefácio e Notas de Carlos Ferrão, Lisboa: Publicações da CML, 1978.

ROSAS, Fernando – *Portugal no Século XX (1890-1976) – Pensamento e Acção Política*, Lisboa: Editorial Notícias, 2004.

ROSAS, Fernando – *Lisboa Revolucionária. Roteiro dos confrontos armados do século XX*. Lisboa: Tinta-da-China, 2007.

SAMARA, Maria Alice – *Verdes e Vermelhos. Portugal e a Guerra no Ano de Sidónio Pais*. Lisboa: Editorial Notícias, 2002.

SAMARA, Maria Alice – *Sidónio Pais*. Lisboa: Planeta Agostini, 2004.

SANTOS, Machado – *A Revolução Portuguesa, 1907-1910*. Lisboa: Sextante Editora, 2007 (1912).

TELO, António José – *Decadência e Queda da I República Portuguesa*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1980 e 1984. 2 Vols.

TELO, António José – *História da Marinha Portuguesa. Homens, Doutrina e Organização, 1824-1974*. Lisboa: Academia da Marinha, 1999. Tomo I.

VALENTE, Vasco Pulido – *A “República Velha” (1910-1917)*. Lisboa: Gradiva, 1997.

VALENTE, Vasco Pulido – *Um Herói Português, Henrique da Paiva Couceiro (1861-1944), Biografia*. Lisboa: Aletheia Editora, 2006.